

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.419.894 - SP (2018/0339784-7)**

**RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE : FLAVIO DE MORAIS**  
**AGRAVANTE : MARIA BEATRIZ BENTES DE MORAIS**  
**AGRAVANTE : JESSICA GOBBET MORAIS**  
**ADVOGADO : RAFAELA ALVAREZ MORALES - SP347217**  
**AGRAVADO : JOSE AGNALDO CIAPPINA DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : SÉRGIO VESENTINI - SP081395**

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por FLAVIO DE MORAIS contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO, assim ementado:

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DE PRAZO PELO EXECUTADO. ADMISSIBILIDADE. PATRONO DA PARTE QUE PASSOU POR DELICADO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO, RELACIONADO A PATOLOGIA NEUROLÓGICA. EXERCÍCIO DA ADVOCACIA QUE EXIGE CLAREZA DE RACIOCÍNIO E CAPACIDADE DE ORGANIZAÇÃO, ALTAMENTE COMPROMETIDAS NO CASO. CARACTERIZADA, NA HIPÓTESE, A OCORRÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A AUSÊNCIA DA PRÁTICA TEMPESTIVA DO ATO PROCESSUAL. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 223, §1.º, DO CPC. EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO QUE DEVE SER PRESERVADO, SEMPRE QUE POSSÍVEL. DECISÃO REFORMADA. RECURSO PROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 5º da Constituição Federal, 7º, 9º, 10, 223, 434, 435 e 489, § 1º, IV, do Código de Processo Civil.

Nas razões recursais, sustenta parte agravante: " O v. Acórdão se posicionou no sentido de que o exercício da advocacia restou comprometido no caso em tela, caracterizando a ocorrência de justa causa para a ausência da prática tempestiva do ato processual. Ocorre que ao contrário do presumido no v. Acórdão, o causídico APENAS alegou incapacidade no presente processo, vez que nas demais ações em que é patrono (fls.114/135) continuou atuando normalmente! Ora, se a doença que acometeu o patrono do Recorrido de fato comprometeu seu cognitivo deveriam os médicos tê-lo afastado integralmente de suas funções até o restabelecimento de sua saúde. A conclusão lógica a que se chega é a de ser impossível a utilização do diagnóstico apenas segundo a conveniência do Recorrido."

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial, consoante certidão à fl. 232.

É o relatório.

DECIDO.

2. Inicialmente, deve-se observar que eventual violação a dispositivo constitucional é matéria a ser apreciada em sede de recurso extraordinário perante o STF. Com efeito, ao julgador do STJ não é permitido adentrar na competência do STF, sequer para prequestionar matéria constitucional, sob pena de violar a rígida distribuição de competência recursal disposta na Constituição da República de 1988.

3. A Corte local tratou de forma clara e suficiente a controvérsia apresentada, lançando fundamentação jurídica sólida para o desfecho da lide, apenas não foi ao encontro da pretensão da parte recorrente, o que está longe de significar violação ao art. 489 do CPC/2015.

4. No tocante à alegada violação dos artigos 7º, 9º, 10, 223, 434, e 435 do Código de Processo Civil, cumpre trazer trecho do acórdão recorrido que consignou:

Não parece razoável, pois, afirmar-se que o causídico já estaria apto a exercer suas funções a partir de 19.02.2017, com base em um relatório médico isolado (fls. 35), elaborado poucos dias após a realização de procedimento cirúrgico deveras delicado (implante de válvula de derivação ventrículo peritoneal para controle de hipertensão intracraniana), quando ainda não se poderia prever com precisão os seus desdobramentos, ou com que rapidez se daria a melhora do paciente. Também é importante destacar que a advocacia consiste em atividade essencialmente cognitiva, a demandar clareza de raciocínio e capacidade de organização, essas altamente comprometidas na hipótese, por se tratar de patologia neurológica: hidrocefalia aguda por descompensação do mecanismo de drenagem da derivação ventrículo-peritoneal (CID 10: G91.1; B69.0; F06.7), conforme consta de relatório clínico elaborado pelo médico responsável pelo tratamento do causídico (fls.04).

(...)

Restou bem demonstrada no caso, pois, a existência de justa causa para o ato processual não ter sido praticado tempestivamente, na esteira da disposição do artigo 223, §1.º, do Código de Processo Civil: “Considera-se justa causa o evento alheio à vontade da parte e que a impediu de praticar o ato por si ou por seu mandatário”. Não se deve olvidar, ademais, que o contraditório é um pressuposto do devido processo legal, e deve, sempre que possível, ser preservado.

(...)

A jurisprudência desta Corte Superior firmou entendimento no sentido de que a justa causa, que devolve prazo a advogado que alega motivo de doença, só se caracteriza quando esse se encontra totalmente impossibilitado de exercer a profissão ou substabelecer a outro advogado, ou quando for o único procurador constituído pela parte.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NA

RECONSIDERAÇÃO DE DESPACHO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA PETIÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE SUSPENSÃO DE INSTÂNCIA. DOENÇA DO ADVOGADO DA CAUSA. JUSTA CAUSA. INEXISTÊNCIA. INCAPACIDADE PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO OU PARA SUBSTABELECER NÃO COMPROVADA. INDEFERIMENTO. ARGUMENTAÇÃO INSUFICIENTE.

1. 'O entendimento jurisprudencial deste Superior Tribunal determina que a teor do art. 507 do Código de Processo Civil, a doença que acomete o advogado somente se caracteriza como justa causa, a ensejar a devolução do prazo, quando o impossibilita totalmente de exercer a profissão ou de substabelecer o mandato a colega' (AgRg no Ag 1362942/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 28/06/2011, Dje 01/07/2011)

2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg na RCDESP nos EDcl na PET no Ag 693.994/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 25/9/2012, DJe de 25/10/2012).

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVOREGIMENTAL NÃO CONHECIDO PORQUE AUSENTES OS ORIGINAIS DA PETIÇÃO RECEBIDA VIA FAC-SÍMILE. INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO SETOR COMPETENTE NO SENTIDO DE QUE A PETIÇÃO FORA RECEBIDA NESTA CORTE DENTRO DO PRAZO. TEMPESTIVIDADE DOS ORIGINAIS RECONHECIDA. ANÁLISE DO AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO RESCISÓRIA. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 282/STF. PLURALIDADE DE ADVOGADOS. DOENÇA. JUSTA CAUSA NÃO CONFIGURADA. DOCUMENTO NOVO. CONCEITO. EXISTÊNCIA IGNORADA PELO AUTOR. CAPACIDADE, POR SI SÓ, DE ASSEGURAR-LHE PRONUNCIAMENTO FAVORÁVEL. NÃO OCORRÊNCIA. PROVA FALSA. DOLO DA PARTE VENCEDORA EM DETRIMENTO DA PARTE VENCIDA. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. PRECEDENTES.

(...)

4. A doença do advogado não constitui justa causa no caso de não ser o único procurador constituído pela parte nos autos.

(...)

7. Embargos declaratórios acolhidos para, afastada a intempestividade da apresentação dos originais do agravo regimental, negar-lhe provimento." (EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 257.565/GO, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 1º/9/2011, DJe de 9/9/2011)

No caso, o acórdão do Tribunal de origem não destoa da jurisprudência do STJ, que amparado no acervo fático - probatório dos autos, apresentou fundamentação sólida para concluir pela existência de justa causa para a não realização do ato processual pela parte. Assim, alterar o entendimento do acórdão recorrido demandaria, necessariamente, reexame de fatos e provas, o que é vedado em razão do óbice da

Súmula 7 do STJ.

4. Ademais, no que diz respeito a interposição do presente recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, importa consignar que para a configuração do dissídio jurisprudencial faz-se necessária a indicação das circunstâncias que identifiquem as semelhanças entre o aresto recorrido e o paradigma, de modo que não se pode conhecer do recurso pela alínea c, uma vez que, aplicada a Súmula 7/STJ quanto à alínea a, fica prejudicada a divergência jurisprudencial, pois as conclusões divergentes decorreriam das circunstâncias específicas de cada processo e não do entendimento diverso sobre uma mesma questão legal.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. LIMITAÇÃO AO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PROPRIEDADE. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 458 E 535 DO CPC. DEVIDA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 524 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. DIREITO DE INDENIZAÇÃO DE ÁREA DECLARADA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DA DECISÃO A QUO POR ESTA CORTE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. EXAME PREJUDICADO.

1. (...)

2. (...)

3. **A análise do dissídio jurisprudencial fica prejudicada em razão da aplicação do enunciado da Súmula 7/STJ, porquanto não é possível encontrar similitude fática entre o aresto combatido e os arestos paradigmas, uma vez que as suas conclusões díspares ocorreram, não em razão de entendimentos diversos sobre uma mesma questão legal, mas, sim, em razão de fundamentações baseadas em fatos, provas e circunstâncias específicas de cada processo.**

Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 16879/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/04/2012, DJe 27/04/2012)

Recurso Especial. Civil. Responsabilidade civil. Cirurgião e anestesiológista. Recurso com fundamento nas alíneas "a" e "c" do art. 105, III, da CF. Reexame fático-probatório. Súmula 07/STJ.

Incidência.

- A constatação de ter o médico cirurgião e o anestesista agido ou não com culpa no atendimento a paciente, nas modalidades negligência, imprudência ou imperícia, demanda necessariamente o reexame do conjunto fático-probatório da causa, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.

- **O reexame do conjunto fático-probatório da causa obsta a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a", quanto pela "c" do permissivo constitucional.**

Recurso especial não conhecido.

(REsp 765.505/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/03/2006, DJ 20/03/2006, p. 271) [g.n.]

5. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator

